



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____/2020
(Do DEP IVAN VALENTE)

Requer informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre a atuação do Ministério para proteção das terras indígenas durante a pandemia do coronavírus (Covid-19).

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao **MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA** pedido de informações, conforme segue:

- Desde janeiro de 2019, quantas reuniões o Ministro e sua equipe realizaram com representantes da Fundação Nacional do Índio para discutir a proteção de terras indígenas do ataque de garimpeiros, grileiros, madeireiros e outros invasores? Quantas dessas reuniões tiveram como pauta os ataques às terras indígenas durante a pandemia do coronavírus (Covid-19)? Encaminhar cópia da agenda pública, da ata e lista de presença das respectivas reuniões.
- Quais são as ações emergenciais que o Ministério pretende implementar em parceria com a Funai para evitar a propagação do coronavírus (Covid-19) nas terras indígenas? Especificar as referidas ações, com os respectivos, prazos, metas, responsáveis e montante de recursos previstos para sua implementação.
- Com quantas lideranças indígenas o Ministro se reuniu, desde janeiro de 2019 e quantas terras indígenas visitou? Encaminhar cópia da agenda pública com os referidos compromissos, bem como as atas das reuniões realizadas e a respectiva lista de presença.
- Encaminhar relatório com a evolução do orçamento executado pela Funai nos últimos cinco anos, destacando os valores destinados a ações para a fiscalização e proteção de terras indígenas. Encaminhar cópia dos pedidos encaminhados pela Funai ao



Ministério solicitando a suplementação de seu orçamento, desde janeiro de 2019.

- Encaminhar cópia integral dos documentos e correspondências eventualmente encaminhados por este Ministério ao Ministério da Economia solicitando a complementação de recursos para a Funai para assegurar o desenvolvimento de suas atividades, inclusive aquelas relacionadas à proteção das terras indígenas.
- Quantas vezes, desde janeiro de 2019, a Funai solicitou o apoio da Força Nacional de Segurança Pública, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal ou do Ibama para impedir a ocupação de terras indígenas por garimpeiros, grileiros, madeireiros e outros invasores? Qual foi a resposta dada por cada um dos órgãos mencionados em cada uma das solicitações?
- Quantos processos de demarcação de terras indígenas tramitam no Ministério atualmente? Quantos processos de demarcação de terras indígenas o Ministério restituiu à Funai, desde janeiro de 2019?

JUSTIFICATIVA

Desde 2019, o país vem registrando uma explosão de ataques a terras indígenas. O problema que já era grave ganhou dimensões catastróficas com a pandemia do coronavírus (Covid-19), tendo em vista o risco de disseminação da doenças entre os povos indígenas em razão do contato com garimpeiros, grileiros, madeireiros e outros invasores.

Já são três índios mortos e ao menos oito infectados, conforme divulgado pela imprensa¹. Além de não possuírem a defesa natural do organismo contra o vírus, os povos indígenas encontram-se em localidades extremamente distantes dos equipamentos de saúde, situação que agrava substancialmente o risco de letalidade da doença.

A situação é extremamente grave! Para piorar, muitos invasores estão aproveitando a pandemia para intensificar a ocupação e a exploração ilegal dos recursos naturais em terras indígenas.

Dessa forma, no momento em que o isolamento social é a principal medida adotada para a contenção de um vírus que pode causar uma tragédia humanitária, matando milhares de pessoas, assistimos a um fluxo de garimpeiros, grileiros, madeireiros e outros invasores em direção a terras indígenas.

¹ <https://congressoemfoco.uol.com.br/saude/dois-indios-morreram-e-seis-estao-infectados-por-covid-19-no-brasil/>



Estamos diante de situação que pode levar a um verdadeiro genocídio dos povos indígenas e é fundamental que a sociedade tenha pleno conhecimento das medidas que estão sendo adotadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em relação a este problema, tanto em razão da Funai estar vinculada à referida pasta, como pelo fato de que as terras indígenas são consideradas bens da União.

São essas as razões pelas quais formulamos os presentes questionamentos.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2020.

DEPUTADO IVAN VALENTE